

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS ADOTADOS

Os preços de referência adotados na elaboração do orçamento base, do objeto **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO, LOCALIZADO NA RUA PEDRO SARMENTO ALBUQUERQUE NETO, BAIRRO NOVO HELIÓPOLIS, NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE - Nº DA PROPOSTA: 09342856000125006**, seguem os parâmetros e ordem de prioridade do art. 23, §2º, da Lei Nº 14.133/2021.

Os preços estão baseados na tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é a tabela de referência pública nacional para orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Em razão da impossibilidade de utilização de composições constantes na Tabela SINAPI para determinados serviços previstos no orçamento da obra, foram elaboradas composições próprias, observando-se critérios técnicos de similaridade, produtividade, coeficientes de consumo e compatibilidade com os serviços efetivamente a serem executados. A formação dos custos unitários das composições próprias observou, prioritariamente, os preços de insumos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme diretriz estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece o SINAPI como referência preferencial para obras e serviços de engenharia custeados com recursos públicos federais. A formação dos custos unitários das composições próprias observou, prioritariamente, os preços de insumos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, conforme diretriz estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece o SINAPI como referência preferencial para obras e serviços de engenharia custeados com recursos públicos federais. Na ausência de insumos ou composições específicas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, foram adotados valores constantes em tabelas referenciais de custos oficialmente reconhecidas, a exemplo da ORSE 12/2025 - Sergipe, SBC 02/2026 - Recife, SCO 01/2026 - Rio de Janeiro, CPOS/CDHU – 01/2026 – São Paulo, EMOP - 01/2026 - Rio de Janeiro, SIURB - 07/2025 - São Paulo, AGETOP CIVIL - 12/2025 – Goiás, AGESUL - 01/2026 - Mato Grosso do Sul, SUDECAP - 10/2025 - Minas Gerais e SEINFRA – tabela 028 (Ceará). Tal procedimento observa o disposto no inciso II do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que admite, de forma subsidiária, a utilização de



Nayara Sulema da Silva Santos
Engenheira Civil

sistemas referenciais de custos devidamente reconhecidos quando inexistentes parâmetros equivalentes nos sistemas prioritários.

Adicionalmente, tratando-se da contratação de serviço técnico especializado, foi observada a ordem de preferência estabelecida no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 para a formação do preço estimado. Inicialmente, procedeu-se à consulta aos sistemas oficiais e painéis públicos de preços disponibilizados pela Administração Pública, não sendo identificado parâmetro suficiente ou específico que permitisse a adequada composição do valor de referência para o serviço pretendido. Diante dessa inexistência, adotou-se como metodologia complementar a realização de pesquisa de preços por meio de consultas em sítios eletrônicos especializados e mediante solicitação de cotações diretamente junto a fornecedores e prestadores do serviço técnico em questão, selecionados com base na sua atuação no mercado e na compatibilidade com o objeto pretendido.

As cotações obtidas foram analisadas quanto à aderência técnica, à similaridade do objeto contratado e às condições de execução do serviço, de modo a assegurar que os valores considerados representem parâmetros compatíveis com os preços praticados no mercado. O valor de referência foi então definido a partir da análise comparativa das propostas coletadas, adotando-se a metodologia da mediana dos valores válidos obtidos, conforme prática admitida no âmbito do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 para a definição do preço estimado da contratação. Tal procedimento busca mitigar eventuais distorções decorrentes de valores atípicos e assegurar maior representatividade dos preços efetivamente praticados no mercado.

Para a estimativa de preços junto a fornecedores, destaca-se que se trata de serviço técnico especializado, cujo valor está diretamente condicionado às especificidades do projeto de fundação, demandando análise individualizada para adequada definição de escopo, metodologia executiva e recursos necessários. Dessa forma, em razão da variabilidade técnica e da inexistência de parâmetros padronizados aplicáveis ao caso, optou-se pela realização de cotações diretas com fornecedores especializados, como forma de obter valores compatíveis com as condições reais de execução do serviço, assegurando maior precisão na estimativa de custos, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, na seleção dos fornecedores consultados, foram priorizadas empresas com atuação na região, tendo em vista que os custos de mobilização e desmobilização influenciam significativamente na composição do preço final do serviço. Ressalta-se, ainda, que houve limitação no retorno de propostas, uma vez que algumas empresas consultadas não apresentaram resposta ou não demonstraram interesse na cotação, conforme registros devidamente anexados ao processo administrativo. Diante



Nayara Sulema de Silva Santos
Engenheira Civil

desse cenário, os valores adotados foram fundamentados nas propostas obtidas junto a fornecedores que possuem capacidade operacional para atendimento na região, garantindo a representatividade dos preços estimados e sua aderência às condições reais de mercado.

Dessa forma, o orçamento foi estruturado com base em critérios técnicos objetivos, fontes referenciais reconhecidas e pesquisa de preços devidamente fundamentada, assegurando sua consistência, rastreabilidade e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência aplicável dos órgãos de controle. Toda a documentação necessária para verificar as composições de preços utilizadas, pode ser consultada nas peças orçamentárias anexas ao Projeto Básico.

Garanhuns, 16 de março de 2026.



Nayara Sulema da Silva Santos
Nayara Sulema da Silva Santos
Engenheira Civil
Crea Nº 1817410997 PE
Secretaria De Planejamento